

Sumário

Lista de abreviaturas	55
-----------------------------	----

SEÇÃO I TEORIA DA CONSTITUIÇÃO PARTE I – TEORIA GERAL

Capítulo I ▶ Conceitos básicos de teoria geral do Estado	63
1. Considerações gerais	63
2. Estado, nação e pátria.....	63
3. Elementos do Estado	64
3.1. Território.....	66
3.2. Povo	66
3.3. Governo	68
3.3.1. O problema da soberania	68
3.3.1.1. Características do poder soberano	69
3.3.1.2. Estado democrático e poder soberano.....	71
3.3.1.3. Soberania vs. autonomia	72
3.3.1.4. Tendência de enfraquecimento das soberanias nacionais	72
4. Forma de Estado	74
4.1. Plano do direito público internacional	74
4.2. Plano do direito constitucional	75
5. Divisão de poderes.....	77
6. Forma de governo	79
6.1. Classificação de Aristóteles.....	79
6.2. Classificação de Maquiavel.....	80
7. Sistema de governo	81
8. Regimes políticos	84
8.1. Regime político democrático	85
8.1.1. Pós-democracia?.....	85
Capítulo II ▶ Constitucionalismo e direito constitucional.....	89
1. Constitucionalismo.....	89
1.1. Constitucionalismo antigo	89
1.2. Constitucionalismo moderno	90
1.2.1. Principais movimentos	91
1.3. Constitucionalismos “contemporâneos”	92
1.3.1. Constitucionalismo social	92

1.3.2.	Neoconstitucionalismo	93
1.3.2.1.	Positivismo, não positivismo ou pós-positivismo?	94
1.3.3.	Constitucionalismo global ou globalizado	100
1.3.4.	Transconstitucionalismo	101
1.3.5.	Patriotismo constitucional	101
2.	Direito constitucional	102
2.1.	Conceito	102
2.2.	Origem	102
2.3.	Objeto	102
2.4.	Natureza	103
2.5.	Espécies ou divisão do direito constitucional	104
2.5.1.	Direito constitucional e teoria da constituição	105
2.6.	Relações do direito constitucional com os demais ramos do direito	105

Capítulo III ► Constituição, classificação das constituições e evolução constitucional brasileira

107

1.	Constituição	107
1.1.	Conceitos	107
1.1.1.	Conceitos histórico e moderno	107
1.1.2.	Perspectivas conceituais	108
1.2.	Documentos que deram origem às constituições modernas	110
2.	Classificação das constituições	110
2.1.	Quanto ao conteúdo	110
2.2.	Quanto à estabilidade	112
2.3.	Quanto à forma	112
2.4.	Quanto à origem	113
2.5.	Quanto ao modo de elaboração	114
2.6.	Quanto à extensão	114
2.7.	Quanto à essência	114
2.8.	Outras denominações	115
2.9.	Classificação da Constituição de 1988	117
3.	Evolução constitucional do Estado brasileiro	118
3.1.	Constituição de 1824	118
3.2.	Constituição de 1891	119
3.3.	Constituição de 1934	120
3.4.	Constituição de 1937	120
3.5.	Constituição de 1946	121
3.6.	Constituição de 1967	121
3.7.	Emenda Constitucional ou Constituição de 1969?	121
3.8.	Constituição de 1988	122

Capítulo IV ► Poder constituinte e suas manifestações

125

1.	Teorias do poder constituinte	125
1.1.	Origens	125

1.2.	Conceito de poder constituinte.....	125
1.3.	Natureza: poder de fato ou de direito?.....	125
1.4.	Titularidade e exercício.....	126
1.4.1.	Usurpação do poder constituinte.....	127
1.4.2.	“Bootstrapping” constitucional.....	127
2.	Espécies de poder constituinte.....	128
2.1.	Poder constituinte originário.....	129
2.1.1.	Características do poder constituinte originário.....	130
2.1.2.	Limites do poder constituinte originário.....	131
2.1.3.	Poder de revolução.....	133
2.2.	Poder constituinte derivado.....	135
2.2.1.	Características.....	136
2.2.2.	Espécies.....	136
2.2.2.1.	Poder constituinte derivado reformador.....	136
2.2.2.2.	Poder constituinte derivado decorrente.....	137
2.2.2.2.A.	Divisão do poder constituinte derivado decorrente.....	137
2.2.2.2.B.	Poder constituinte decorrente no âmbito do Distrito Federal e dos Municípios.....	137
2.2.2.2.C.	Limites do poder constituinte derivado decorrente.....	139
2.2.2.2.C.1.	Limites previstos pela Constituição Federal.....	139
2.2.2.2.C.2.	Limites ao poder constituinte decorrente reformador instituídos pelo próprio constituinte decorrente institucionalizador ...	142
2.2.2.2.C.3.	Limites constitucionais e supremacia do constituinte decorrente sobre os poderes constituídos estaduais.....	142
2.2.2.2.D.	Poder constituinte derivado decorrente e criação de novas hipóteses de foro especial por prerrogativa de função.....	143
2.2.2.2.E.	Poder constituinte derivado decorrente e autonomia municipal.....	144
2.3.	Poder constituinte difuso.....	145
3.	Modificações constitucionais.....	146
3.1.	Reformas constitucionais e poder de reforma constitucional.....	147
3.1.1.	Espécies do poder de reforma constitucional.....	147
3.1.1.1.	Poder de emenda.....	147
3.1.1.2.	Poder de revisão.....	147
3.1.2.	Limitações ao poder de reforma.....	148
3.1.2.1.	Limitações temporais.....	149
3.1.2.2.	Limitações circunstanciais.....	150
3.1.2.2.A.	Alcance das limitações circunstanciais....	150
3.1.2.3.	Limitações formais ou procedimentais.....	151

3.1.2.4.	Limitações materiais.....	152
3.1.2.4.A.	Limitações materiais explícitas	153
3.1.2.4.A.1.	Significado da expressão “tendente a abolir” contida no § 4º do art. 60 da CF/88...	156
3.1.2.4.A.2.	Ampliação virtual das limitações explícitas?	157
3.1.2.4.B.	Limitações materiais implícitas	158
3.1.2.4.C.	Limitações materiais implícitas vs. limitações lógicas.....	160
3.1.2.4.C.1.	O “puzzle” constitucional ou paradoxo da autoemenda.....	163
3.1.3.	Teoria da “dupla reforma” ou da reforma em “dois tempos”	167
3.1.4.	Controle de constitucionalidade de reformas constitucionais: normas “constitucionais” inconstitucionais?	169
3.2.	Mutação constitucional.....	169
3.2.1.	Hierarquia normativa.....	173
3.2.2.	Mutação constitucional e retroatividade	174
3.2.3.	Mutação constitucional por obra da legislação.....	175
3.2.4.	Limites das mutações constitucionais: mutações constitucionais inconstitucionais?	177
Capítulo V	Efeitos de nova constituição e de reformas constitucionais.....	179
1.	Considerações iniciais	179
2.	Normas constitucionais e antinomias: critérios de resolução.....	179
2.1.	Nova constituição vs. constituição anterior	179
2.2.	Nova constituição vs. legislação infraconstitucional anterior.....	180
2.2.1.	Consequências práticas da adesão do STF à teoria da simples revogação	181
3.	Recepção	182
3.1.	Postulados da recepção constitucional	183
3.2.	Recepção transversa decorrente de modulação decisória	185
4.	Filtragem constitucional	185
5.	Repristinação.....	185
5.1.	Repristinação vs. “efeito repristinatório”	187
6.	Constitucionalidade superveniente.....	188
6.1.	Emenda constitucional e normas corretivas	190
7.	Desconstitucionalização.....	191
7.1.	Desconstitucionalização da constituição anterior.....	191
7.2.	Desconstitucionalização da atual constituição	192
8.	Efeitos retroativos das normas	193
8.1.	Teorias subjetivista e objetivista.....	194
8.2.	Status constitucional do princípio da não retroatividade.....	195
8.3.	Tipos de retroatividade	196
8.3.1.	Retroatividades máxima, média e mínima	196

8.3.2.	Retroatividade mínima ou efeito imediato “forte” da norma (retrospectividade)?.....	197
8.3.3.	Retroatividades restitutória, ordinária e temperada.....	199
8.3.4.	Prospectividade, retroatividade, retrospectividade e pós-atividade das normas	200
8.3.5.	Retroatividade em sentido forte e em sentido fraco	201
8.4.	Normas constitucionais originais e efeitos retroativos	201
8.5.	Emendas constitucionais e efeitos retroativos	202
8.6.	Constituições estaduais e efeitos retroativos	206
8.7.	Normas infraconstitucionais e efeitos retroativos	207
8.8.	Revisões interpretativas e efeitos retroativos	228
8.8.1.	Revisões interpretativas judiciais	228
8.8.2.	Revisões interpretativas administrativas	229
Capítulo VI ► Sistemas normativos jurídicos e constituição		231
1.	Sistemas normativos jurídicos e ordenamento jurídico	231
1.1.	Sistemas jurídicos nas perspectivas estática e dinâmica de produção normativa	231
1.2.	Sistemas jurídicos nas perspectivas temporais momentânea e diacrônica ...	232
2.	Ordenamento jurídico e constituição.....	233
3.	Elementos das constituições	233
4.	Fontes de direito constitucional	235
4.1.	Tipos de fontes de direito constitucional.....	236
4.1.1.	Fontes diretas vs. indiretas	236
4.1.2.	Fontes formais vs. fontes informais.....	237
4.2.	Fontes do direito constitucional brasileiro	238
4.2.1.	Preâmbulo da Constituição.....	239
4.2.2.	Convenções e costumes constitucionais.....	240
4.2.3.	Fontes em espécie	242
5.	Constituição como sistema normativo aberto	242
6.	Constituição como sistema normativo sem hierarquia interna.....	243
7.	Constituição como sistema normativo composto de regras e princípios.....	244
7.1.	Diferenciação entre regras e princípios	244
7.2.	Normatividade dos princípios	246
7.2.1.	Teoria restritiva: só as regras são normas.....	246
7.2.2.	Teoria extensiva: regras e princípios são espécies de normas.....	247
7.2.2.1.	Distinção “forte” entre regras e princípios	248
7.2.2.2.	Distinção “fraca” entre regras e princípios	250
7.2.3.	Constituição de 1988 e normatividade dos princípios	252
7.3.	Postulados normativos?	253
8.	Constituição de 1988 e princípios fundamentais	253
8.1.	Princípios fundamentais explícitos	254
8.1.1.	Forma de Estado	255

8.1.2.	Divisão de poderes	255
8.1.2.1.	Delegação de poderes	256
8.1.3.	Sistema de governo.....	257
8.1.4.	Forma de governo.....	257
8.1.5.	Regime político	257
8.1.6.	Estado Democrático de Direito	257
8.1.7.	Fundamentos do Estado brasileiro.....	258
8.1.7.1.	Soberania.....	258
8.1.7.2.	Cidadania.....	259
8.1.7.3.	Dignidade da pessoa humana	260
8.1.7.3.A.	“Status” normativo superior?	263
8.1.7.4.	Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa	264
8.1.7.5.	Pluralismo político.....	265
8.1.8.	Objetivos do Estado brasileiro	265
8.1.9.	Princípios reguladores da atuação do Estado brasileiro nas relações internacionais	265
8.2.	Princípios fundamentais implícitos	266
8.2.1.	Princípio da supremacia constitucional	266
8.2.2.	Princípio da segurança jurídica	268
8.2.3.	Princípio da presunção da constitucionalidade dos atos do Poder Público	268
8.2.4.	Princípio da proporcionalidade.....	270
8.2.4.1.	Disputa terminológica.....	271
8.2.4.2.	Fundamento constitucional.....	271
8.2.4.3.	Aplicações do princípio da proporcionalidade	272
8.2.4.4.	Subprincípios do princípio da proporcionalidade.....	273
8.2.4.5.	Teoria dos “cinco passos” do teste da proporcionalidade	276
8.2.4.6.	A banalização do princípio da proporcionalidade	277
8.2.5.	Princípio da razoabilidade.....	277
8.2.5.1.	Proporcionalidade vs. razoabilidade	277
8.2.5.2.	Tipos jurídicos de razoabilidade	278
8.2.5.2.1.	Razoabilidade em sentido fraco (“razoabilidade prudencial”)	278
8.2.5.2.2.	Razoabilidade em sentido forte (“razoabilidade ponderativa”)	279
8.2.5.2.3.	Razoabilidade como “racionalidade qualificada”	280
8.2.5.3.	Razoabilidade como “equidade”, como “congruência” e como “equivalência”	282
8.2.5.4.	Conexões entre a razoabilidade e a proporcionalidade no direito brasileiro	282

8.2.5.5. Aplicação jurisprudencial do princípio da “razoabilidade”	286
9. Lacunas constitucionais	287
9.1. Lacunas jurídicas e a cláusula de fechamento	287
9.1.1. Tipologia das lacunas jurídicas mais importantes para o direito constitucional	288
9.2. Integração de lacunas constitucionais involuntárias e voluntárias	290
9.3. “Silêncios eloquentes” constitucionais	291
Capítulo VII ► Hermenêutica constitucional	293
1. Hermenêutica e interpretação	293
1.1. Considerações gerais	293
2. Teorias da interpretação jurídica	294
2.1. Concepções de interpretação jurídica	294
2.1.1. “In claris non fit interpretatio”?	294
2.2. Interpretações cognitiva e decisória	295
2.3. Interpretações em abstrato e em concreto	296
2.4. Escolas interpretativas cognitiva, cética e mista	296
2.5. Teorias subjetivistas e objetivistas	297
2.6. Teorias da interpretação constitucional	298
3. Texto como limite da interpretação	299
4. Disposição normativa vs. norma	300
5. Normas explícitas e normas implícitas	302
6. Interpretação e antinomias jurídicas	302
6.1. Principais classificações das antinomias	303
6.1.1. Quanto à extensão	303
6.1.2. Quanto ao plano de incidência	303
6.2. Prevenção e resolução de antinomias	304
6.3. Resolução de antinomias por meio do “diálogo das fontes”	304
7. Fontes interpretativas	306
7.1. Interpretação constitucional “autêntica”?	308
8. Ampliação dos intérpretes constitucionais: a “sociedade aberta dos intérpretes da constituição”	309
9. Interpretação vs. aplicação	309
10. Aplicação de regras vs. concretização de princípios	310
11. Subsunção vs. ponderação	312
11.1. Subsunção	312
11.1.1. Subsunção e antinomias jurídicas	312
11.2. Ponderação	314
11.2.1. Ponderação abstrata	315
11.2.2. Ponderação concreta (ou “ad hoc”)	316
11.3. Ceticismo quanto à ponderação	317
11.4. Quando subsumir e quando ponderar?	319
12. Fenômeno da “derrotabilidade” das normas	321

12.1. Linhas gerais.....	321
12.2. Tipos de normas sujeitas à derrotabilidade.....	324
13. Hermenêutica tipicamente constitucional.....	326
13.1. Métodos interpretativos tipicamente constitucionais.....	327
13.1.1. Espécies de métodos interpretativos.....	327
13.2. Princípios interpretativos tipicamente constitucionais.....	330
13.3. Interpretação vs. construção constitucionais.....	331
13.4. Princípio da interpretação conforme a constituição.....	332
13.4.1. Princípio da interpretação conforme a constituição e o controle de constitucionalidade	334
13.4.2. Natureza jurídica do princípio da interpretação conforme a constituição: princípio interpretativo ou técnica de controle de constitucionalidade?.....	334

Capítulo VIII ► Existência, validade, vigência, eficácia, efetividade e aplicabilidade das normas constitucionais.....

1. Existência normativa.....	339
1.1. Existência das normas constitucionais.....	340
2. Validade normativa.....	341
2.1. Validade das normas constitucionais?	344
3. Vigência normativa.....	345
3.1. Vigência das normas constitucionais.....	353
4. Eficácia normativa	354
5. Efetividade normativa	356
5.1. Efetividade das normas constitucionais.....	357
6. Aplicabilidade normativa.....	358
7. Classificação das normas constitucionais conforme a aplicabilidade.....	360
7.1. Cláusula de aplicabilidade imediata.....	361
7.2. Classificação de José Afonso da Silva.....	363
7.2.1 Normas de eficácia plena e aplicabilidade imediata.....	363
7.2.2. Normas de eficácia contida e aplicabilidade imediata.....	364
7.2.3. Normas de eficácia limitada e aplicabilidade mediata.....	365
7.2.3.1. Normas definidoras de princípio institutivo	366
7.2.3.2. Normas definidoras de princípio programático	366
7.3. Tipos adicionais	368
7.3.1. Normas de eficácia absoluta ou total	368
7.3.2. Normas de eficácia exaurida e aplicabilidade esgotada	368

PARTE II – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

Capítulo I ► Controle de constitucionalidade: teoria geral

1. Constituição e direito processual.....	371
2. Jurisdição constitucional.....	372
2.1. Conceitos formal e material de jurisdição constitucional.....	372

2.2.	Jurisdição constitucional e direitos fundamentais	373
2.2.1.	Jurisdição constitucional das liberdades.....	373
2.2.2.	“Writs” ou remédios constitucionais.....	373
3.	Supremacia constitucional e controle de constitucionalidade	373
4.	Inconstitucionalidade.....	374
4.1.	Tipos de inconstitucionalidade.....	374
4.1.1.	Inconstitucionalidade formal.....	374
4.1.1.1.	Inconstitucionalidade formal por quebra de decoro parlamentar?	376
4.1.2.	Inconstitucionalidade orgânica	378
4.1.3.	Inconstitucionalidade material	378
4.1.4.	Inconstitucionalidade por ação	379
4.1.5.	Inconstitucionalidade por omissão	379
4.1.5.1.	Tipos da inconstitucionalidade por omissão.....	382
4.1.5.1.A.	Inconstitucionalidade por omissão “em sentido formal” e “em sentido material” .	382
4.1.5.1.B.	Inconstitucionalidade por omissão total.	383
4.1.5.1.C.	Inconstitucionalidade por omissão parcial	383
4.1.5.1.D.	Inconstitucionalidade por omissão relativa.....	383
4.1.5.1.D.1.	Inconstitucionalidade por omissão relativa “explícita” e “implícita”	385
4.1.5.1.D.2.	Diferenças entre a omissão inconstitucional “parcial” e a “relativa”	386
4.1.5.1.E.	Inconstitucionalidades por omissões de soluções “definidas” e “indefinidas”	387
4.1.6.	Inconstitucionalidade originária	388
4.1.7.	Inconstitucionalidade superveniente.....	388
4.1.8.	Inconstitucionalidade total.....	388
4.1.9.	Inconstitucionalidade parcial.....	389
4.1.10.	Inconstitucionalidade consequente ou “por arrastamento” ou “por atração”	390
4.1.11.	Inconstitucionalidade progressiva.....	390
4.1.12.	Estado de coisas inconstitucional (ECI).....	392
4.1.13.	Inconstitucionalidade circunstancial ou transitória?.....	394
4.2.	Inconstitucionalidade vs. ilegalidade: inconstitucionalidade direta e indireta.....	397
4.3.	Inconstitucionalidade e institutos correlacionados.....	398
4.3.1.	Inconstitucionalidade como antinomia jurídica	398
4.3.2.	Inconstitucionalidade em sentido estrito	399
4.3.3.	Contrariedade constitucional	399
4.3.4.	Descumprimento de preceito fundamental	400

5.	Regime de depreciação da inconstitucionalidade.....	401
5.1.	Disciplina da invalidação dos atos inconstitucionais.....	401
5.1.1.	Tese da nulidade	401
5.1.2.	Tese da anulabilidade	402
5.1.3.	Tese da declaração de simples incompatibilidade (inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade).....	403
5.1.3.1.	Simples incompatibilidade e decisões de “apelo ao legislador”	404
6.	Controle de constitucionalidade.....	404
6.1.	Conceito	404
6.2.	Controle de constitucionalidade vs. controle de convencionalidade.....	404
6.3.	Parâmetro de controle de constitucionalidade	407
6.3.1.	Aspecto material: o “bloco de constitucionalidade”	407
6.3.1.1.	Extensão do bloco de constitucionalidade às chamadas “normas interpostas”?	409
6.3.2.	Aspecto temporal do parâmetro de controle.....	411
6.3.2.1.	Parâmetro temporal amplo.....	411
6.3.2.2.	Parâmetro temporal restrito	411
7.	Espécies de controle de constitucionalidade	413
7.1.	Em relação ao órgão	413
7.1.1.	Controle político (não jurisdicional)	413
7.1.2.	Controle jurisdicional (judicial)	414
7.1.3.	Controle misto	414
7.2.	Em relação ao momento da realização	414
7.2.1.	Controle preventivo.....	414
7.2.2.	Controle repressivo	417
8.	Controle judicial da constitucionalidade	418
8.1.	Espécies.....	418
8.1.1.	Quanto à difusão da competência controladora	419
8.1.2.	Quanto ao plano de incidência do controle	419
8.1.3.	Quanto à finalidade do controle	420
8.1.4.	Quanto à via de controle.....	420
8.1.5.	Quanto à prevalência do controle	421
8.2.	Origem	422
8.2.1.	O controle judicial difuso/concreto	423
8.2.2.	O controle judicial concentrado/abstrato.....	423
8.3.	Controle de constitucionalidade no direito comparado: principais modelos.....	424
8.3.1.	Modelo do Reino Unido	424
8.3.2.	Modelo francês.....	424
8.3.3.	Modelo norte-americano.....	425
8.3.4.	Modelo austríaco	425
8.3.5.	Modelo suíço.....	425

8.3.6.	Modelo português	425
8.3.7.	Modelo italiano	425
8.3.8.	Modelo alemão	426
Capítulo II ► Controle de constitucionalidade no direito brasileiro: linhas gerais		429
1.	Origens e desenvolvimento	429
1.1.	Controle judicial concreto	429
1.2.	Controle judicial abstrato	430
1.3.	Evolução constitucional	430
2.	Modelo atual de controle de constitucionalidade	434
2.1.	Titularidade do controle de constitucionalidade	434
2.1.1.	Poder de rejeição de leis inconstitucionais	434
2.1.2.	Tribunais de contas	435
2.1.2.1.	Subsistência da Súmula 347/STF após a Constituição de 1988	436
2.1.3.	Tribunais administrativos	437
2.1.4.	Cortes arbitrais	438
2.1.5.	Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)	439
Capítulo III ► Controle judicial da constitucionalidade concreta no direito brasileiro		443
1.	Do controle judicial da constitucionalidade concreta/difusa	443
2.	Incidente de inconstitucionalidade nos tribunais	444
3.	Cláusula de reserva de plenário	448
3.1.	Natureza jurídica	449
3.2.	Extensão subjetiva	449
3.2.1.	Cláusula de reserva de plenário e Turmas do STF	450
3.2.2.	Cláusula de reserva de plenário e cortes administrativas	452
3.3.	Extensão objetiva	452
3.3.1.	Cláusula de reserva de plenário e fundamentos decisórios	454
3.3.2.	Cláusula de reserva de plenário e a Súmula Vinculante 10	455
3.4.	Inaplicabilidade da cláusula de reserva de plenário	456
3.5.	Consequências da inobservância da cláusula de reserva de plenário	459
3.6.	A “derrotabilidade” das normas e a cláusula de reserva de plenário	459
4.	Declaração de ofício da inconstitucionalidade incidental	460
4.1.	Declaração da inconstitucionalidade de ofício nas instâncias recursais ordinárias	461
4.2.	Declaração da inconstitucionalidade de ofício nas instâncias recursais extraordinárias	462
4.2.1.	Recurso extraordinário: causa de pedir aberta?	464
4.2.2.	CPC/2015 e a extensão do princípio da causa de pedir aberta aos recursos de natureza extraordinária	467

4.2.2.1.	Recurso especial e declaração de inconstitucionalidade de ofício	469
4.3.	Declaração da inconstitucionalidade de ofício e a proibição de decisão surpresa (art. 10 do CPC/2015)	471
5.	Controle concreto/difuso contra ato normativo “em tese”	472
6.	Efeitos da decisão final	473
6.1.	Efeito retrospectivo “ex tunc”	473
6.1.1.	Exceções ao efeito retrospectivo “ex tunc”: prospectividade decisória e modulação temporal dos efeitos da declaração incidental de inconstitucionalidade	473
6.1.1.1.	Alterações de jurisprudência	474
6.1.1.2.	Situações fáticas consolidadas	476
6.1.1.3.	Princípio da segurança jurídica	477
6.1.2.	Requisitos formais à manipulação/modulação temporal dos efeitos das decisões proferidas no controle concreto de constitucionalidade	478
6.1.2.1.	Modulação originária e modulação derivada	478
6.1.2.2.	Competência exclusiva do STF?	478
6.1.2.3.	Quórum necessário à modulação nos tribunais	482
6.2.	Efeito <i>intra partes</i>	486
7.	Papel do Senado Federal no controle concreto de constitucionalidade	487
8.	Efeitos transcendentais das decisões do STF no controle concreto de constitucionalidade	489
8.1.	Tese da mutação constitucional	489
8.2.	Decisão do incidente de inconstitucionalidade e a vinculação dos órgãos fracionários do respectivo tribunal	491
8.3.	Tendência transcendente das decisões do STF em recurso extraordinário .	492
8.3.1.	Transcendência fraca: recurso extraordinário da Lei dos Juizados Especiais Federais	493
8.3.2.	Transcendência forte: recurso extraordinário de repercussão geral	493
8.3.3.	Transcendência fortíssima: CPC/2015 e o efeito vinculante das decisões proferidas em recurso extraordinário repetitivo	497
8.4.	O CPC/2015 e a tentativa de instituir o “stare decisis” por via legislativa: inconstitucionalidade parcial	497
8.5.	Outros argumentos em prol da transcendência	500
9.	coisa julgada inconstitucional	501
9-A.	Inconstitucionalidade e coisa julgada	501
9-B.	Relativização da coisa julgada inconstitucional	503
9-C.	Relativização da coisa julgada “inconstitucional” nas relações jurídicas continuativas e não continuativas	507
9.1.	Meios de impugnação da coisa julgada inconstitucional	509
9.1.1.	Ação rescisória	511

9.1.2.	Impugnação rescisória ao cumprimento de sentença inconstitucional	515
9.1.3.	Pedido de revisão de efeitos da coisa julgada em razão de superveniente modificação no estado de fato ou de direito	518
9.1.4.	Pedido rescisório contra sentença inconstitucional proferida por juizado especial cível	521
10.	Controle concreto/difuso e tipos de ações.....	521
10.1.	Limites e possibilidades da utilização da ação civil pública e da ação popular no controle de constitucionalidade difuso/concreto.....	522
10.2.	Representações interventivas federais.....	525
10.2.1.	Ação direta interventiva.....	525
10.2.1.1.	Ação direta interventiva estadual	528
10.2.2.	Representação contra a recusa à execução de lei federal.....	529

Capítulo IV ► Controle judicial da constitucionalidade abstrata no direito brasileiro: linhas gerais

531

1.	Questões terminológicas.....	531
2.	Características do controle abstrato	532
3.	Controle abstrato e tipo específico de processo judicial	533
4.	Processo objetivo	533
4.1.	Princípios gerais do processo objetivo.....	533
4.1.1.	Princípio da instrumentalidade “reforçada”	534
4.1.2.	Princípio da acessibilidade limitada ao processo objetivo	534
4.1.3.	Princípio do interesse objetivamente considerado	534
4.1.4.	Princípio da congruência ao pedido	534
4.1.5.	Princípio da abertura da causa de pedir.....	535
4.1.6.	Princípio da especificação das normas paramétricas	536
4.1.7.	Princípio da indisponibilidade	537
4.1.8.	Princípio da instrução.....	537
4.1.9.	Princípio do controle material.....	537
4.1.10.	Princípio da publicidade.....	537
4.1.11.	Princípio da irrecorribilidade	537
4.1.12.	Princípio da não rescindibilidade.....	538
4.2.	Materializações dos princípios específicos do processo objetivo	541
5.	Órgãos controladores	543
6.	Participação do Senado Federal?	544
7.	Espécies de ações do controle abstrato	544
7.1.	Contra atos comissivos.....	544
7.2.	Contra atos omissivos	545

Capítulo V ► Controle abstrato da constitucionalidade de atos comissivos: as ações diretas

547

1.	Ações diretas e controle da constitucionalidade em face de atos comissivos	547
2.	Teoria geral das ações diretas movidas contra atos comissivos	547

2.1.	Objeto das ações diretas.....	547
2.1.1.	Disposição e norma.....	547
2.1.2.	Atos impugnáveis.....	548
2.1.2.1.	Restrições quanto à hierarquia do ato impugnável	548
2.1.2.2.	Restrição quanto à origem do ato impugnável.....	549
2.1.2.3.	Restrição quanto ao conteúdo do ato impugnável	550
2.1.2.4.	Restrição quanto à vigência e à eficácia do ato impugnável.....	553
2.1.2.5.	Espécies de atos impugnáveis.....	555
2.1.2.6.	Espécies de atos não impugnáveis	555
2.1.2.7.	Controle abstrato de constitucionalidade das políticas públicas.....	557
2.2.	Legitimidade ativa	558
2.2.1.	Pertinência temática.....	560
2.2.2.	Capacidade postulatória	562
2.3.	Legitimidade passiva	563
2.4.	Intervenção do Ministério Público.....	564
2.5.	Intervenção do Advogado-Geral da União	564
2.6.	Intervenção do "amicus curiae"	566
2.6-A.	Intervenção do "custos vulnerabilis"	569
2.7.	Quórum de julgamento.....	570
2.8.	Medida cautelar nas ações diretas	572
3.	Efeitos das decisões finais de mérito nas ações diretas	574
3.1.	Termo inicial	574
3.2.	Efeitos ordinários.....	575
3.2.1.	Coisa julgada	575
3.2.2.	Efeito "ex tunc"	576
3.2.3.	Efeito "erga omnes"	577
3.2.4.	Efeito vinculante	578
3.2.4.1.	Extensão subjetiva.....	579
3.2.4.2.	Extensão objetiva	580
3.2.4.3.	Efeito vinculante e limites da atuação jurisdicional	581
3.2.4.3.A.	Em relação ao próprio STF	581
3.2.4.3.B.	Em relação aos demais órgãos judiciais...	581
3.2.4.4.	Efeito vinculante e transcendência dos motivos determinantes.....	584
3.2.4.5.	Cabimento de reclamação constitucional.....	586
3.2.4.6.	Efeito vinculante e interdição à manipulação/modulação temporal dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade no âmbito do controle concreto/difuso	588
3.2.5.	Efeito revigorador (ou "repristinatório") da legislação anterior.....	590
3.2.5.1.	Exceções ao efeito revigorador ou "repristinatório"	593
3.2.6.	Efeito ambivalente	594

3.3.	Efeitos extraordinários.....	594
3.3.1.	Manipulação (ou modulação) dos efeitos da decisão que reconhece a inconstitucionalidade	594
3.3.1.1.	Requisitos.....	596
3.3.1.2.	Reflexos materiais	597
3.3.2.	Manipulação (modulação) temporal “invertida”?.....	597
3.3.3.	Modulação temporal e declaração de não recepção de normas.....	599
3.4.	Atenuação dos efeitos das decisões finais do controle abstrato de constitucionalidade.....	599
3.4.1.	Fórmulas de preclusão	599
3.4.1.1.	Em especial: coisa julgada inconstitucional	601
4.	Técnicas decisórias.....	603
4.1.	Tentativa europeia de uniformização terminológica	603
4.2.	Técnicas decisórias empregadas pelo STF	604
4.2.1.	Declaração de constitucionalidade simples.....	604
4.2.2.	Declaração de inconstitucionalidade simples	605
4.2.3.	Declaração de inconstitucionalidade parcial com redução de texto	605
4.2.4.	Declaração de inconstitucionalidade sem redução do texto.....	606
4.2.5.	Declaração de (in)constitucionalidade da norma mediante interpretação conforme a constituição.....	607
4.2.5.1.	Diferença entre a declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto e a “interpretação conforme a constituição”	608
4.2.6.	Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia da nulidade .	612
4.2.7.	Declaração de inconstitucionalidade estendida ou “por arrastamento”	614
4.2.8.	Decisões “apelativas” ou de “apelo ao legislador”	615
4.3.	Nova tendência: incorporação de técnicas decisórias “manipulativas”	618
4.3.1.	Decisões manipulativas “aditivas”	619
4.3.1.1.	Decisões aditivas de garantia/de prestação	619
4.3.1.2.	Decisões “aditivas” de princípio.....	626
4.3.2.	Decisões manipulativas “substitutivas”	628
4.3.3.	Decisões manipulativas e “legislação positiva”	628
4.4.	Novíssima tendência: incorporação de sentenças estruturais, decisões “dialogicas” e do “compromisso significativo”	630
4.4.1.	Adoção jurisprudencial da chamada “cláusula não obstante”?	634
5.	Ações diretas em espécie.....	635
5.1.	Ação direta de inconstitucionalidade (ADI)	635
5.1.1.	Medida cautelar em ADI	636
5.2.	Ação declaratória de constitucionalidade (ADC)	638
5.2.1.	Medida cautelar em ADC.....	639
5.3.	Ação direta de inconstitucionalidade perante os Tribunais de Justiça	641

5.3.1.	Parâmetro de controle.....	641
5.3.1.1.	Extensão do parâmetro às normas da Constituição Federal.....	641
5.3.1.2.	Normas da Constituição Federal reproduzidas pelo constituinte decorrente.....	642
5.3.2.	Legitimidade ativa	643
5.3.3.	Procedimento e efeitos decisórios	644
5.3.4.	Peculiaridades da ADI estadual.....	644
5.3.4.1.	Declaração incidental de inconstitucionalidade em face da Constituição Federal	644
5.3.4.2.	Tramitação simultânea de ADI federal e ADI estadual ..	645
5.3.4.3.	Ação rescisória de ADI estadual	646
5.3.5.	Controle recursal pelo STF: recurso extraordinário contra acórdão de ADI estadual.....	646
5.3.5.1.	Natureza jurídica do controle recursal.....	646
5.3.5.2.	Âmbito de alcance do controle recursal	647
5.3.5.3.	Peculiaridades processuais	648
5.3.5.3.A.	Legitimidade ativa recursal.....	648
5.3.5.3.B.	Quórum de julgamento	649
5.3.5.3.C.	Modulação decisória.....	649
Capítulo VI ▶	Controle abstrato da constitucionalidade de atos omissivos	651
1.	Controle da constitucionalidade abstrata em face de atos omissivos	651
1.1.	Considerações iniciais.....	651
2.	Das possíveis soluções judiciais para o problema das omissões inconstitucionais no âmbito do controle abstrato	652
3.	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO).....	653
3.1.	Finalidades.....	653
3.2.	Objeto	653
3.3.	Legitimação	654
3.4.	Procedimento	654
3.5.	Medida cautelar.....	655
3.6.	Confluências da ADO e da ADI	656
3.7.	Efeitos das decisões da ADO.....	657
3.7.1.	Efeitos diretos.....	657
3.7.2.	Efeitos reflexos	659
3.7.2.1.	Efeitos políticos	659
3.7.2.2.	Efeitos jurídicos.....	659
3.8.	Diferenças da ADO em face do mandado de injunção (MI).....	661
4.	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO) nos Tribunais de Justiça	662
Capítulo VII ▶	Controle da constitucionalidade por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental	663

1. Explicação inicial	663
2. Histórico.....	663
3. Conceito	664
4. Natureza jurídica.....	664
5. Parâmetro de controle	664
5.1. Aspectos materiais: o que é preceito fundamental?	664
5.2. Aspectos temporais.....	665
6. Legitimidade	665
7. Duplicidade das hipóteses de cabimento da ADPF.....	666
7.1. Constitucionalidade	666
8. Tipos de ADPF.....	667
8.1. ADPF autônoma	667
8.2. ADPF incidental	667
8.3. ADPF preventiva.....	668
8.4. ADPF repressiva.....	669
9. Condições específicas da ADPF.....	669
9.1. Princípio da subsidiariedade.....	669
9.1.1. Teorias negativas.....	670
9.1.2. Dimensões do princípio da subsidiariedade.....	670
9.2. Relevância objetiva	674
10. Fungibilidade entre ADPF e as ações diretas	674
11. Objeto da ADPF.....	675
11.1. Disposição e norma.....	675
11.2. Atos impugnáveis.....	675
11.2.1. Atos impugnáveis por meio de ADPF autônoma.....	675
11.2.1.1. ADPF autônoma e impugnação de decisões judiciais....	678
11.2.2. Atos impugnáveis por meio de ADPF incidental.....	680
12. Procedimento	681
13. Intervenção do Ministério Público.....	682
14. Intervenção do Advogado-Geral da União	682
15. Intervenção do "AMICUS CURIAE"	683
16. Intervenção especial	683
17. Quórum de julgamento.....	683
18. Medida liminar.....	684
19. Efeitos da decisão final.....	684
19.1. Efeitos ordinários.....	684
19.2. Efeitos extraordinários.....	685
19.3. Peculiaridades da ADPF incidental.....	685
20. Inconstitucionalidade do art. 10, <i>caput</i> , da Lei 9.882/99.....	685

PARTE III – TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Capítulo I ► Teoria geral dos direitos fundamentais	689
1. Definições prévias	689

1.1.	Direitos fundamentais.....	689
1.2.	Direitos humanos.....	689
1.3.	Direitos humanos vs. direitos fundamentais.....	689
1.4.	Direitos vs. deveres fundamentais.....	691
1.5.	Normas de direitos fundamentais e normas de garantias fundamentais.....	692
1.6.	Normas de direitos fundamentais e normas de garantias institucionais.....	693
1.7.	Direitos fundamentais em sentido formal e em sentido material.....	695
1.8.	Direitos fundamentais aglomerados (“cluster-rights”).....	696
2.	Origem e evolução dos direitos fundamentais.....	696
2.1.	Novas tendências evolutivas: “fertilização cruzada” e “diálogo judicial”.....	698
3.	Dimensões (ou gerações) dos direitos fundamentais.....	699
3.1.	Direitos fundamentais de primeira dimensão.....	700
3.2.	Direitos fundamentais de segunda dimensão.....	700
3.3.	Direitos fundamentais de terceira dimensão.....	700
3.4.	Direitos fundamentais de quarta dimensão.....	701
3.5.	Direitos fundamentais de quinta e até sexta dimensão?.....	702
4.	Características normativas dos direitos fundamentais.....	703
4.1.	Natureza constitucional dos direitos fundamentais.....	703
4.2.	Regras e/ou princípios: modelo duplo de regras/princípios.....	703
4.3.	Eficácia e aplicabilidade.....	705
5.	Diretrizes específicas para interpretação e aplicação das normas de direitos fundamentais.....	706
5.1.	Cláusula da aplicabilidade imediata.....	706
5.2.	Cláusula da complementaridade.....	708
5.3.	Cláusula da primazia do tratamento mais favorável.....	709
5.4.	Cláusula da proibição do retrocesso.....	713
5.4.	Efeito “backlash” e retrocessos em matéria de direitos fundamentais.....	720
6.	Sujeitos dos direitos fundamentais.....	721
6.1.	Sujeitos ativos.....	721
6.1.1.	Estrangeiros.....	722
6.1.2.	Pessoas jurídicas.....	725
6.2.	Sujeitos passivos.....	728
6.3.	Relações especiais de sujeição.....	728
6.4.	Eficácia horizontal dos direitos fundamentais.....	729
6.4.1.	Eficácia “diagonal” dos direitos fundamentais?.....	733
7.	dupla Perspectiva dos direitos fundamentais.....	734
7.1.	Perspectiva subjetiva dos direitos fundamentais.....	734
7.2.	Perspectiva objetiva dos direitos fundamentais.....	735
8.	Predicados dos direitos fundamentais.....	738
8.1.	Historicidade.....	738
8.2.	Universalidade.....	739
8.3.	Indisponibilidade.....	739
8.4.	Imprescritibilidade.....	741
8.5.	Relatividade.....	746

8.5.1.	Dignidade da pessoa humana como exceção à relatividade dos direitos fundamentais?.....	747
8.6.	Não taxatividade	749
9.	Conflitos de direitos fundamentais.....	749
9.1.	Concorrência de direitos fundamentais	749
9.1.1.	Tipos de concorrência de direitos fundamentais	750
9.1.2.	Critérios de resolução	751
9.2.	Colisão de direitos fundamentais	752
9.2.1.	Tipos de colisões de direito fundamental	752
9.2.2.	Critérios de resolução	752
10.	Restrições a direitos fundamentais.....	753
10.1.	Teoria interna vs. teoria externa	753
10.2.	Natureza jurídica das restrições.....	755
10.3.	Instâncias de restrições normativas.....	756
10.4.	Reservas de restrições legislativas.....	757
10.5.	Garantia do conteúdo ou núcleo essencial dos direitos fundamentais.....	760
10.6.	Proteção contra o efeito resfriador (“chilling effect”)	763
11.	Suspensão dos direitos fundamentais	764
12.	Teoria da “reserva do possível”	765
13.	Teoria do “mínimo existencial”.....	767
13.1.	Dupla dimensão do direito ao mínimo existencial	770
14.	Classificação dos direitos fundamentais	771
14.1.	Classificação segundo a Constituição de 1988.....	771
14.2.	Classificação funcional dos direitos fundamentais	771
14.3.	Direitos de defesa.....	772
14.4.	Direitos de participação	772
14.5.	Direitos a prestações.....	772
15.	Direitos a prestações: problemática atual	773
15.1.	Subclassificação dos direitos a prestações	773
15.1.1.	Direitos de prestações jurídicas	773
15.1.2.	Direitos a prestações materiais	774
15.1.3.	Direitos a prestação originários e derivados.....	774
15.2.	Tutela da efetividade dos direitos prestacionais.....	775
15.2.1.	Poder de conformação autônoma do Poder Público	776
15.2.2.	Reserva financeiramente do possível	776
15.2.3.	Teoria do “mínimo social” (ou “mínimo existencial”)	778
15.2.4.	Metodologia “fuzzy” aplicada aos direitos à prestação	778
15.2.5.	Estratégias utilizadas na judicialização dos direitos prestacionais..	780
16.	Tratamento dado aos direitos fundamentais pela Constituição de 1988.....	782

SEÇÃO II

DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO

Capítulo I ▶ Direitos fundamentais em espécie	787
---	-----

1.	Definições prévias.....	787
1.1.	Direitos individuais	787
1.2.	Direitos individuais de expressão coletiva.....	787
1.3.	Direitos coletivos <i>lato sensu</i>	787
1.3.1.	Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos .	788
1.4.	Deveres fundamentais.....	790
1.4.1.	Classificação dos deveres fundamentais.....	790
1.5.	Abuso de direitos fundamentais	791
2.	Classificação dos direitos individuais na Constituição de 1988	793
3.	Direitos individuais e coletivos mais destacados	793
3.1.	Direito à vida.....	793
3.1.1.	Questões polêmicas.....	794
3.1.1.1.	Fixação do momento inicial da inviolabilidade do direito à vida...	794
3.1.1.2.	Aborto	799
3.1.1.3.	Momento consumativo da morte	801
3.1.1.4.	Eutanásia terapêutica, ortotanásia, morte assistida e distanásia (direito de morrer?).....	802
3.1.1.5.	Direito ao testamento vital ou biológico (“living will”).....	803
3.1.1.6.	Natureza jurídica do cadáver	804
3.1.1.7.	Comercialização de órgãos, tecidos ou substâncias humanas	804
3.1.1.8.	Prolongamento da personalidade após a morte (eficácia “post mortem” da personalidade).....	805
3.1.1.8.A.	Reprodução assistida “post mortem”	806
3.1.1.9.	Pena de morte	808
3.2.	Direito à privacidade.....	809
3.2.1.	Teoria das esferas da personalidade	810
3.2.1.1.	Teoria da proteção débil das pessoas públicas	813
3.2.2.	Regime geral dos sigilos pessoais	813
3.2.2.1.	Solução de conflitos	814
3.2.2.2.	Consentimento do titular.....	814
3.2.2.3.	Quebra vs. transferência de sigilo.....	815
3.2.3.	Direito à intimidade	815
3.2.3.1.	Inviolabilidade do domicílio	816
3.2.3.1.A.	Âmbito de proteção	816
3.2.3.1.B.	Regime de restrições admissíveis	818
3.2.3.1.C.	Consequências do descumprimento da inviolabilidade domiciliar.....	820
3.2.3.1.D.	Em especial: poder de fiscalização tributária e inviolabilidade domiciliar de estabelecimentos empresariais...	821
3.2.3.2.	Sigilo de dados pessoais	822
3.2.3.2.A.	Fundamentos normativos.....	822
3.2.3.2.B.	Âmbito de proteção	823

3.2.3.2.C. Concorrência de normas de direitos fundamentais protetivas.....	828
3.2.3.2.D. Regime legal especial para acesso de dados pessoais sensíveis.....	831
3.2.3.2.E. Requisitos ordinários para afastamento do sigilo de dados pessoais	833
3.2.3.2.F. Direito à intimidade vs. liberdade de imprensa	834
3.2.3.2.1. Sigilo de dados bancários	834
3.2.3.2.1.A. Fundamentos normativos do sigilo bancário	835
3.2.3.2.1.B. Órgãos cujo poder de requisitar a transferência do sigilo bancário é incontroverso	836
3.2.3.2.1.C. Órgãos cujo poder de requisitar a transferência do sigilo bancário é controverso	837
3.2.3.2.2. Sigilo de dados fiscais.....	843
3.2.3.2.2.A. Fundamentos normativos	843
3.2.3.2.2.B. Exclusão da abrangência do sigilo.....	843
3.2.3.2.2.C. Permuta de informações fiscais	843
3.2.3.2.2.C. Hipóteses de afastamento.....	843
3.2.3.2.3. Sigilo de dados processuais.....	844
3.2.3.2.4. Sigilo de dados telefônicos	846
3.2.3.3. Sigilo das comunicações em geral.....	847
3.2.3.3.A. Tipologia das comunicações juridicamente relevantes..	847
3.2.3.3.B. Formas de intervenção no sigilo das comunicações	848
3.2.3.3.C. Interceptações ou captações ambientais	848
3.2.3.3.D. Gravações de comunicações em ambientes privados.....	850
3.2.3.3.E. Gravações de comunicações em ambiente público	852
3.2.3.3.F. Gravações de conversas de agentes públicos no exercício da função.....	852
3.2.3.3.G. Divulgação indevida de gravações obtidas por ordem judicial.....	853
3.2.3.3.1. Sigilo das comunicações pessoais à distância.....	853
3.2.3.3.1.A. Âmbito de proteção.....	853
3.2.3.3.1.B. Mutação constitucional	854
3.2.3.3.1.C. Regime geral das restrições admissíveis..	855
3.2.3.3.2. Sigilo de correspondência	856
3.2.3.3.3. Sigilo das comunicações telegráficas	858
3.2.3.3.4. Sigilo das comunicações telefônicas e telemáticas.....	859
3.2.3.3.4.A. Âmbito de proteção.....	859

3.2.3.3.4.B.	Regime jurídico de intervenção no sigilo das comunicações telefônicas	861
3.2.3.4.	Sigilo profissional.....	863
3.2.4.	Direito à busca da felicidade e ao desenvolvimento do projeto de vida pessoal.....	864
3.2.5.	Direito à vida privada.....	866
3.2.5.1.	Direito à autodeterminação informativa/informacional e à governança algorítmica.....	866
3.2.6.	Direito à honra e à imagem.....	868
3.2.7.	Direito ao esquecimento.....	869
3.2.7.1.	Aspectos gerais.....	869
3.2.7.2.	Âmbito de proteção	872
3.2.7.3.	Casuística	873
3.2.7.4.	Em especial: o direito à desindexação de dados	875
3.2.7.5.	STF e o polêmico RE 1.010.606/RJ: o direito ao esquecimento deve ser esquecido?	877
3.2.7.6.	Tentativa de síntese.....	880
3.3.	Direito de igualdade	881
3.3.1.	Igualdade formal, material e “corretiva”	884
3.3.1.1.	Igualdade formal.....	884
3.3.1.2.	Igualdade material.....	885
3.3.1.3.	Igualdade “corretiva”	886
3.3.2.	Âmbito normativo de proteção constitucional.....	887
3.3.2-A.	Discriminações diretas e indiretas	888
3.3.2-B.	Repúdio ao racismo	890
3.3.3.	Princípio da igualdade e ações afirmativas	891
3.3.3.1.	Ações afirmativas e discriminação inversa/reversa	895
3.3.4.	Princípio da isonomia e discriminações em concursos públicos....	899
3.3.5.	Teoria do impacto desproporcional	901
3.3.5-A.	Teoria do impacto desproporcional vs. discriminação inversa arbitrária/indevida.....	902
3.4.	Direito à liberdade	902
3.4.1.	Liberdade de ação.....	903
3.4.2.	Liberdade de locomoção.....	904
3.4.3.	Liberdade de consciência.....	906
3.4.3.1.	Da escusa ou objeção de consciência	908
3.4.3.1.A.	Aspectos gerais	908
3.4.3.1.B.	Diferenciações necessárias.....	909
3.4.3.1.C.	Previsão normativa, aplicabilidade e eficácia	910
3.4.3.1.D.	Âmbito de proteção	911
3.4.3.1.E.	Tipos de escusa de consciência já admitidos (explícita ou implicitamente).....	916
3.4.3.1.F.	Restrições à invocação da escusa de consciência.....	919

3.4.3.1.G.	Objecção de consciência superveniente	922
3.4.3.1.H.	Regime de penalidades.....	924
3.4.3.1.I.	Verificação estatal e ônus probatório das razões de consciência.....	926
3.4.4.	Liberdade de pensamento	929
3.4.5.	Liberdade de expressão	930
3.4.5.1.	Liberdade de manifestação do pensamento	930
3.4.5.2.	Liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação	931
3.4.5.3.	Regime de restrições à liberdade de expressão	935
3.4.5.3.A.	Anonimato, “whistleblowing” e denúncias anônimas ...	942
3.4.5.3.B.	Conteúdos ofensivos, obscenos e discurso de ódio (“hate speech”)	950
3.4.5.3.C.	Ordem e segurança públicas.....	956
3.4.5.3.D.	Veracidade e “fake news”	956
3.4.5.3.E.	Interesse público	958
3.4.5.3.F.	Propagandas eleitorais negativas	959
3.4.6.	Liberdade religiosa	960
3.4.6.1.	Liberdade de crença religiosa.....	961
3.4.6.2.	Liberdade de expressão religiosa	962
3.4.6.3.	Liberdade de culto	963
3.4.6.4.	Liberdade para prestar assistência religiosa a pessoas internadas em entidades civis ou militares	965
3.4.6.5.	Liberdade de religião e ensino religioso facultativo	965
3.4.6.6.	Laicidade estatal e liberdade de organização religiosa...	966
3.4.6.7.	Laicidade estatal e presença de crucifixo em repartições e prédios públicos	967
3.4.6.8.	Direito à apostasia.....	968
3.4.6.9.	Liberdade religiosa e direito a tratamentos especiais de saúde	969
3.4.7.	Liberdade de reunião	970
3.4.8.	Liberdade de associação	976
3.4.9.	Liberdade de representação associativa.....	979
3.4.9.1.	Associações, sindicatos e substituição processual	979
3.4.10.	Liberdade de exercício profissional.....	982
3.5.	Direito à propriedade	984
3.5.1.	Função social da propriedade urbana e rural	986
3.5.2.	Limitações ao direito de propriedade	990
3.5.2.1.	Expropriação	990
3.5.2.1.A.	Desapropriação	990
3.5.2.1.A.1.	Desapropriação judicial?	992
3.5.2.1.B.	Expropriação confiscatória	993
3.5.2.1.C.	Perdimento de bens	994

3.5.2.1.D.	Perdimento de bens vs. confisco de bens.....	996
3.5.2.2.	Requisição administrativa e ocupação temporária de bens	996
3.5.2.2.A.	Requisição administrativa.....	996
3.5.2.2.B.	Ocupação temporária de bens	999
3.5.3.	Proibição do confisco	1000
3.5.4.	Usucapião.....	1001
3.5.5.	Direito de herança	1002
3.6.	Garantias constitucionais (direitos à segurança).....	1004
3.6.1.	Princípio da legalidade.....	1004
3.6.1.1.	Legalidade e reserva legal.....	1006
3.6.1.1.1.	Reserva legal penal (ou legalidade penal estrita)	1008
3.6.1.1.2.	Reserva legal tributária (legalidade tributária estrita)	1009
3.6.1.2.	Legalidade vs. legitimidade.....	1010
3.6.1.3.	Princípio da legalidade, direito de resistência e desobediência civil.....	1010
3.6.1.4.	Legalidade e poder regulamentar	1012
3.6.2.	Garantias de estabilidade das relações jurídicas: respeito ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada.....	1013
3.6.2.1.	Proteção ao direito adquirido.....	1015
3.6.2.1.A.	Tipologia e institutos correlatos.....	1015
3.6.2.2.	Proteção ao ato jurídico perfeito.....	1020
3.6.2.3.	Proteção à coisa julgada	1021
3.6.2.3.A.	Âmbito de proteção	1022
3.6.3.	Garantias processuais.....	1028
3.6.3.1.	Princípio da inafastabilidade da prestação jurisdicional.....	1028
3.6.3.1.A.	Exceções ao princípio	1029
3.6.3.1.B.	Assuntos correlatos.....	1035
3.6.3.2.	Princípio do devido processo legal.....	1039
3.6.3.2.A.	Devido processo legal “substancial”	1039
3.6.3.2.B.	Devido processo legal “processual”	1039
3.6.3.2.C.	Direito constitucional à prova.....	1053
3.6.4.	Garantias criminais	1070
3.6.4.1.	Vedações criminais expressas.....	1091
3.7.	Direito à responsabilização civil por danos patrimoniais e extrapatrimoniais.....	1097
4.	Remédios constitucionais	1103
4.1.	Remédios constitucionais de natureza não jurisdicional	1103
4.1.1.	Direito de petição	1104
4.1.2.	Direito de receber informações	1105

4.1.3.	Direito a certidões	1109
4.2.	Remédios constitucionais jurisdicionais: os writs constitucionais.....	1110
4.2.1.	Mandado de segurança individual	1111
4.2.1.1.	Aspectos históricos	1111
4.2.1.2.	Direito líquido e certo	1111
4.2.1.3.	Objeto	1112
4.2.1.4.	Prazo decadencial	1115
4.2.1.5.	Legitimidade ativa.....	1116
4.2.1.6.	Legitimidade passiva	1117
4.2.1.7.	Competência.....	1120
4.2.1.8.	Decisão	1124
4.2.2.	Mandado de segurança coletivo	1127
4.2.3.	Mandado de injunção	1129
4.2.3.1.	Considerações gerais	1129
4.2.3.2.	Requisitos de admissibilidade	1131
4.2.3.3.	Finalidade do mandado de injunção.....	1133
4.2.3.3.A.	Posição do STF	1135
4.2.3.3.B.	Posição da Lei 13.300/2016.....	1137
4.2.3.4.	Legitimidade ativa.....	1138
4.2.3.5.	Legitimidade passiva	1139
4.2.3.6.	Competência.....	1139
4.2.3.7.	Procedimento	1140
4.2.3.7.A.	Suprimento da omissão antes da sentença e perda do objeto da ação	1141
4.2.3.8.	Liminar	1141
4.2.3.9.	Decisão final de mérito	1142
4.2.3.9.A.	Efeitos materiais	1142
4.2.3.9.B.	Efeitos subjetivos.....	1143
4.2.3.9.C.	Efeitos temporais.....	1144
4.2.3.9.D.	Ação revisional da injunção.....	1146
4.2.3.10.	Diferenças do mandado de injunção (MI) em face da ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO)	1146
4.2.4.	“Habeas data”	1147
4.2.4.1.	Considerações gerais	1147
4.2.4.2.	Objeto	1147
4.2.4.3.	Legitimidade ativa.....	1149
4.2.4.4.	Legitimidade passiva	1149
4.2.4.5.	Competência.....	1150
4.2.4.6.	Peculiaridades procedimentais	1152
4.2.5.	Ação popular	1153
4.2.5.1.	Considerações gerais	1153

4.2.5.2.	Legitimidade ativa e passiva	1154
4.2.5.3.	Competência.....	1155
4.2.6.	“Habeas corpus”.....	1156
4.2.6.1.	Aspectos históricos.....	1156
4.2.6.2.	Natureza jurídica.....	1157
4.2.6.3.	Tipologia	1158
4.2.6.3.A.	Quanto ao momento da impetração	1158
4.2.6.3.B.	Quanto ao impulso processual.....	1159
4.2.6.3.C.	Quanto ao rol de beneficiários	1159
4.2.6.4.	Legitimidade ativa e passiva	1160
4.2.6.5.	Cabimento.....	1162
4.2.6.6.	Decadência.....	1165
4.2.6.7.	Competência.....	1165
4.2.6.8.	Procedimento	1168
5.	Direitos sociais	1171
5.1.	Conceito.....	1171
5.2.	Histórico	1171
5.3.	Aplicabilidade das normas de direito social.....	1171
5.4.	Sistemática da enunciação constitucional dos direitos sociais	1171
5.5.	Direitos sociais previstos no art. 6º	1172
5.6.	Direitos sociais previstos no art. 7º	1173
5.7.	Direitos sociais previstos nos artigos 8º a 11.....	1177
5.7.1.	Direitos sociais individuais de expressão coletiva.....	1177
5.7.2.	Direitos sociais coletivos.....	1177
5.7.2.1.	Enumeração do art. 8º.....	1177
5.7.2.2.	Enumeração dos artigos 9º a 11	1179
5.7.2.2.A.	Direito de greve dos trabalhadores da iniciativa privada.....	1179
5.7.2.2.B.	Direito de greve de servidores e empregados públicos..	1183
5.7.2.2.C.	Direito de participação em colegiados de órgãos públicos	1186
5.7.2.2.D.	Direito de representação direta de trabalhadores em empresas de porte considerável	1186
6.	Direitos políticos.....	1186
6.1.	Conceito.....	1186
6.2.	Titularidade	1187
6.3.	Alistamento eleitoral	1187
6.4.	Gratuidade	1187
6.5.	Direitos políticos positivos vs. negativos	1187
6.6.	Direitos políticos positivos	1188
6.6.1.	Direito de sufrágio.....	1188
6.6.1.1.	Direito de votar (sufrágio ativo)	1189
6.6.1.1.A.	Obrigatoriedade	1189

6.6.1.1.B.	Facultatividade	1190
6.6.1.1.C.	Inelegabilidade	1191
6.6.1.1.C.1.	Exceção à inelegabilidade: eleições indiretas para mandatários do Executivo.....	1191
6.6.1.1.D.	Universalidade.....	1191
6.6.1.1.E.	Igualdade.....	1192
6.6.1.1.F.	Confidencialidade.....	1192
6.6.1.2.	Direito de ser votado (sufrágio passivo)	1193
6.6.1.2.A.	Elegibilidade vs. inelegibilidade.....	1194
6.6.1.2.1.	Condições de elegibilidade.....	1195
6.6.1.2.1.1.	Elegibilidade plena	1198
6.6.1.2.1.3.	Condições especiais de elegibilidade dos militares	1199
6.6.1.2.1.3.	Elegibilidades supervenientes.....	1200
6.7.	Direitos políticos negativos	1200
6.7.1.	Privação dos direitos políticos	1200
6.7.2.	Suspensão dos direitos políticos.....	1201
6.7.2.1.	Suspensão de direitos políticos e registros da Justiça Eleitoral	1207
6.7.3.	Perda de direitos políticos	1208
6.7.4.	Causas de inelegibilidade.....	1208
6.7.4.1.	Tipologia das causas de inelegibilidade	1209
6.7.4.2.	Inelegibilidades supervenientes	1212
6.8.	Formas de participação popular no regime democrático	1213
6.8.1.	Plebiscito e referendo	1214
6.8.2.	Iniciativa popular.....	1215
6.8.3.	Ação popular.....	1217
6.8.4.	Tribunal do júri.....	1217
6.8.5.	Direito de organização e associação a partidos políticos	1217
7.	Direitos da nacionalidade	1220
7.1.	Conceitos	1220
7.2.	Classificação	1220
7.3.	Crítérios de determinação da nacionalidade	1220
7.4.	Conflitos de nacionalidade.....	1220
7.4.1.	Conflitos positivos.....	1220
7.4.2.	Conflitos negativos.....	1221
7.5.	Hipóteses de nacionalidade originária brasileira	1221
7.5.1.	Crítério do “ius solis”	1221
7.5.1.1.	Conceito de território nacional para fins de determinação da nacionalidade brasileira.....	1222
7.5.2.	Crítério do “ius sanguinis”	1222
7.5.2.1.	Peculiaridades da nacionalidade potestativa	1223
7.6.	Hipóteses de nacionalidade brasileira derivada (naturalização).....	1225

7.6.1.	Naturalização ordinária	1225
7.6.2.	Naturalização extraordinária	1225
7.6.3.	Naturalização especial.....	1226
7.6.4.	Naturalização provisória.....	1226
7.6.5.	Início da eficácia da naturalização	1226
7.7.	Perda da nacionalidade brasileira.....	1226
7.7.1.	Eficácia temporal da EC 131/2023	1229
7.8.	Reaquisição da nacionalidade	1230
7.9.	Condição jurídica do brasileiro	1231
7.10.	Condição jurídica do estrangeiro	1232
7.11.	Medidas de retirada compulsória de estrangeiro	1235
7.11.1.	Repatriação.....	1235
7.11.2.	Deportação	1236
7.11.3.	Expulsão.....	1237
7.12.	Medidas de proteção humanitária a estrangeiros.....	1238
7.12.1.	Asilo.....	1238
7.12.2.	Refúgio humanitário	1239
7.12.3.	Proteção ao apátrida	1240
7.13.	Medidas de cooperação internacional	1241
7.13.1.	Extradição.....	1241
7.13.1.1.	Extradição passiva.....	1242
7.13.1.2.	Extradição ativa.....	1244
7.13.2.	Transferência da execução penal	1245
7.13.3.	Transferência de pessoa condenada	1245
7.13.4.	A “entrega” ao TPI – Tribunal Penal Internacional.....	1245
7.13.5.	Extradição vs. entrega: inconstitucionalidade parcial do Tratado de Roma?	1246
CAPÍTULO II ► Organização político-administrativa brasileira.....		1249
1.	Federação brasileira.....	1249
1.1.	Componentes	1249
1.2.	Vedações constitucionais de natureza federativa.....	1249
1.3.	Capital	1252
1.4.	Idiomas e símbolos oficiais.....	1252
1.5.	Territórios Federais.....	1252
1.6.	Sistema de execução de serviços.....	1253
2.	União	1254
2.1.	Conceito	1254
2.2.	Personalidade jurídica.....	1254
2.3.	Bens da União	1255
2.4.	Regiões integradas de desenvolvimento econômico.....	1256
3.	Estados.....	1257
3.1.	Formação	1257

3.2.	Autonomia	1258
3.2.1.	Auto-organização e autolegislação	1258
3.2.2.	Autogoverno.....	1258
3.2.3.	Autoadministração.....	1259
3.2.4.	Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões ...	1259
3.3.	Bens dos Estados.....	1260
4.	Municípios	1260
4.1.	Formação	1261
4.2.	Autonomia	1262
4.2.1.	Auto-organização e legislação.....	1262
4.2.2.	Autogoverno.....	1263
4.2.3.	Autoadministração.....	1263
5.	Distrito Federal	1263
5.1.	Autonomia	1264
5.1.1.	Auto-organização e autolegislação	1264
5.1.2.	Autogoverno.....	1264
5.1.3.	Autoadministração.....	1265
5.1.4.	Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões ...	1266
6.	Repartição de competências	1266
6.1.	Princípios gerais.....	1266
6.1.1.	Princípio da predominância do interesse.....	1266
6.1.2.	Princípio da subsidiariedade.....	1267
6.1.3.	Princípio dos poderes implícitos	1268
6.2.	Técnicas de repartição.....	1269
6.2.1.	Repartição horizontal.....	1269
6.2.2.	Repartição vertical.....	1269
6.3.	Sistema da Constituição de 1988	1269
6.4.	Espécies de competências	1270
6.4.1.	Quanto à forma.....	1270
6.4.2.	Quanto à extensão	1271
6.4.3.	Quanto à origem	1277
6.4.4.	Outras espécies de competências	1277
7.	Resolução judicial de conflitos federativos.....	1278
CAPÍTULO III ► Intervenção federativa		1279
1.	Conceito de intervenção federativa	1279
2.	Princípios gerais.....	1279
2.1.	Princípio da não intervenção	1279
2.2.	Princípio da temporariedade.....	1280
3.	Tipos de intervenção federativa	1281
3.1.	Intervenção federal.....	1281
3.2.	Intervenção estadual.....	1281
4.	Consequências do ato interventivo	1282

5.	Intervenção nos Estados e no Distrito Federal	1282
5.1.	Intervenção federal espontânea	1282
5.2.	Intervenção federal provocada.....	1283
5.2.1.	Intervenção provocada por solicitação	1284
5.2.2.	Intervenção provocada por requisição	1284
6.	Intervenção nos Municípios	1286
7.	Do decreto interventivo	1288
8.	Do interventor	1288
9.	Controles da intervenção federativa.....	1289
9.1.	Controle preventivo.....	1289
9.2.	Controle repressivo.....	1289
9.2.1.	Político	1289
9.2.2.	Judicial.....	1290
10.	Cessação da intervenção	1291

CAPÍTULO IV ► Administração Pública..... 1293

1.	Considerações gerais	1293
1.1.	Estruturação formal.....	1293
1.2.	Organização.....	1295
1.3.	Centralização, desconcentração e descentralização de serviços públicos.....	1298
1.4.	Regime constitucional de delegação de serviços públicos	1300
1.5.	Regime constitucional da contratação administrativa de obras, serviços, compras e alienações	1302
2.	Princípios da Administração Pública.....	1303
2.1.	Princípio da legalidade	1304
2.2.	Princípio da impessoalidade	1306
2.3.	Princípio da moralidade	1308
2.4.	Princípio da publicidade.....	1310
2.5.	Princípio da eficiência	1312
2.6.	Princípio da segurança jurídica	1313
3.	Agentes públicos	1315
3.1.	Considerações gerais	1315
3.2.	Classificação	1316
3.2.1.	Agentes políticos	1316
3.2.2.	Agentes administrativos	1318
3.2.3.	Agentes militares	1319
3.2.3.1.	Peculiaridades do regime jurídico dos agentes militares da União	1319
3.2.3.2.	Peculiaridades do regime jurídico dos agentes militares dos Estados, DF e Territórios	1322
3.2.3.3.	Perda do cargo de agente militar	1323
3.2.4.	Agentes públicos em sentido amplo: pessoas físicas em colaboração com o Estado	1324
3.3.	Regime jurídico dos agentes administrativos	1325

3.4.	Acessibilidade a cargos, empregos e funções públicas	1328
3.4.1.	Concurso público	1330
3.4.5.	Reserva de vagas em concursos públicos	1334
3.5.	Afastamento de agentes públicos para exercício de mandato eletivo	1335
3.6.	Acumulação de cargos, empregos e funções públicos	1335
3.7.	Direitos trabalhistas extensíveis aos ocupantes de cargos públicos civis	1338
3.7.1.	Greve de servidores públicos civis.....	1339
3.8.	Estabilidade no serviço público	1340
3.8.1.	Estabilidade e emprego público	1341
3.9.	Sistema remuneratório	1342
3.10.	Tetos remuneratórios	1344
3.10.1.	A problemática implementação do teto remuneratório	1346
3.10.2.	Subtetos ou tetos parciais.....	1349
3.11.	Irredutibilidade remuneratória	1352
5.	Responsabilidade civil do Estado.....	1354
4.1.	Estado vítima do dano: responsabilidade subjetiva e prescrição	1355
4.2.	Estado causador do dano: responsabilidade objetiva	1355
4.2.1.	Responsabilidade contratual ou extracontratual?	1356
4.2.2.	Pressupostos gerais da responsabilidade objetiva prevista no art. 37, § 6º	1357
4.2.3.	Atuação do causador do dano na “qualidade” de agente público ...	1362
4.2.4.	Denúnciação do agente à lide indenizatória	1363
4.2.5.	Agente público causador do dano e direito estatal de regresso	1364
4.2.6.	Agente público causador do dano e legitimidade passiva em ações populares e ações de improbidade administrativa	1365
4.2.7.	Responsabilidade civil do Estado por atos omissivos	1365
4.2.8.	Corresponsabilidade civil objetiva e solidária por danos praticados em coautoria	1367
4.2.9.	Ente político tem responsabilidade solidária ou subsidiária pelas indenizações de responsabilidade originária das pessoas jurídicas alcançadas pelo art. 37, § 6º?	1368
4.2.10.	Responsabilidade civil de notários e registradores	1369
4.2.11.	Responsabilidade civil por danos nucleares	1371
4.2.12.	Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais	1371
4.2.13.	Responsabilidade do Estado por leis inconstitucionais	1375
4.2.14.	Responsabilidade patrimonial por omissões legislativas inconstitucionais	1380
6.	Benefícios previdenciários dos agentes públicos civis	1381
6.1.	Aposentadorias	1384
6.1.1.	Aposentadoria e rompimento do vínculo com a Administração Pública direta e indireta.....	1385
6.1.2.	Tipos de aposentadoria dos regimes próprios de previdência social.....	1385

6.1.2.1.	Aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho	1386
6.1.2.2.	Aposentadoria compulsória	1387
6.1.2.3.	Aposentadoria voluntária	1388
6.1.2.4.	Aposentadorias especiais	1390
6.1.3.	Abono de permanência.....	1393
6.1.4.	Extinção da aposentadoria	1394
6.1.4.1.	Em especial: a cassação da aposentadoria	1394
6.2.	Pensões por morte	1396
6.2.1.	Extinção da pensão por morte.....	1398
6.2.1.1.	Direito adquirido à reversão de cotas de pensão por morte?	1399

CAPÍTULO V ► Poder Executivo 1401

1.	Considerações gerais	1401
2.	Presidente da República	1401
2.1.	Eleição	1401
2.1.1.	Eleição direta.....	1401
2.1.2.	Eleição indireta	1402
2.2.	Mandato e reeleição.....	1403
2.3.	Substitutos e sucessores do Presidente da República	1403
2.3.1.	Substitutos	1403
2.3.2.	Sucessores	1404
2.4.	Perda do mandato.....	1404
2.4.	Atribuições do Presidente da República	1405
2.5.	Remuneração.....	1406
2.6.	Responsabilização.....	1406
2.6.1.	Considerações gerais.....	1407
2.6.1.1.	Crimes de responsabilidade vs. crimes comuns vs. atos de improbidade	1407
2.6.2.	Imunidade especial.....	1409
2.6.3.	Julgamento político por crimes de responsabilidade: o “impeachment”	1411
2.6.3.1.	Controle judicial do processo de “impeachment”	1414
2.6.4.	Julgamento por crimes comuns.....	1415
2.6.5.	Julgamento por atos de improbidade	1416
3.	Do Vice-Presidente da República	1417
4.	Dos Ministros de Estado.....	1417
5.	Poder regulamentar	1418
5.1.	Considerações prévias.....	1418
5.2.	Chefia do Executivo e poder regulamentar.....	1420
5.3.	Agências reguladoras e poder normativo	1423
6.	Do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional	1425

6.1. Conselho da República	1425
6.2. Conselho de Defesa Nacional	1426
CAPÍTULO VI ► Poder Legislativo.....	1427
1. Organização.....	1427
1.1. Mesas legislativas	1428
1.2. Comissões parlamentares	1429
1.2.1. Comissões parlamentares de inquérito – CPIs.....	1431
1.2.1.1. Aspectos gerais	1431
1.2.1.2. Abrangência dos poderes da CPI.....	1432
1.2.1.3. Controle judicial	1435
1.2.1.4. CPIs estaduais, distritais e municipais	1435
1.3. Polícia e serviços administrativos.....	1436
1.4. Conselho de Comunicação Social	1436
2. Funcionamento e atribuições	1437
2.1. Funções	1437
2.2. Atribuições.....	1437
2.2.1. Atribuições privativas da Câmara	1440
2.2.2. Atribuições privativas do Senado	1440
2.3. Períodos correspondentes à legislatura e às sessões legislativas	1441
2.4. Reuniões parlamentares.....	1443
3. Estatuto dos Congressistas.....	1444
3.1. Prerrogativas parlamentares.....	1444
3.1.1. Imunidades.....	1444
3.1.1.1. Imunidade material	1445
3.1.1.1.A. Fatos abrangidos pela imunidade material dos parla- mentares federais	1445
3.1.1.1.A.1. Imunidade material absoluta	1446
3.1.1.1.A.2. Imunidade material relativa.....	1446
3.1.1.1.B. Extensão da imunidade material a parlamentares de outras esferas federativas	1447
3.1.1.1.C. Extensão dos efeitos da imunidade material em relação a profissionais das comunicações sociais	1448
3.1.1.1.D. Responsabilização civil da entidade pública à qual se vincula o parlamentar	1448
3.1.1.2. Imunidade formal	1449
3.1.1.2.A. Imunidade formal quanto às prisões.....	1449
3.1.1.2.A.1. Extensão da imunidade contra prisões....	1449
3.1.1.2.A.2. Afastamento da imunidade contra pri- sões	1450
3.1.1.2.A.3. Extensão da imunidade a cautelares pro- cessuais penais diversas da prisão	1451
3.1.1.2.B. Imunidade quanto a processos criminais	1452
3.1.2. Prerrogativa de foro.....	1453

3.1.2.1.	Alcance material	1454
3.1.2.1.A.	Mutação constitucional	1454
3.1.2.2.	Alcance processual	1455
3.1.2.3.	Alcance temporal	1456
3.1.3.	Outras prerrogativas parlamentares	1457
3.2.	Remuneração	1457
3.3.	Incompatibilidades	1458
3.4.	Perda do mandato	1459
3.4.1.	Cassação do mandato	1459
3.4.1.1.	Tipificação da quebra do decoro parlamentar e “monopólio da última palavra”	1460
3.4.1.2.	Infidelidade partidária	1460
3.4.2.	Extinção do mandato	1462
3.4.3.	Impedimento circunstancial à renúncia parlamentar	1463
3.4.4.	Princípio da simetria	1464
3.4.5.	Controle judicial	1464
3.5.	Suplência parlamentar	1464
4.	Fiscalização contábil, financeira e orçamentária	1465
4.1.	Sistemas de controle	1465
4.1.1.	Controle interno	1466
4.1.2.	Controle externo	1466
4.2.	Dever de prestação de contas	1467
5.	Tribunais de contas	1468
5.1.	Atribuições dos Tribunais de Contas	1472
5.1.1.	Atribuições previstas no art. 71 da Constituição	1472
5.2.	Princípio da simetria	1475
5.3.	Poder cautelar dos Tribunais de Contas	1475
5.4.	Rejeição de contas e inelegibilidade	1476
5.4.1.	Tribunais de Contas e rejeição de contas de chefe do Poder Executivo	1476
5.5.	Composição dos Tribunais de Contas	1477
5.5.1.	Tribunal de Contas da União - TCU	1477
5.5.2.	Tribunais de Contas dos Estados e do DF	1478
5.6.	Garantias dos membros dos Tribunais de Contas	1478
5.7.	Ministério Público que atua perante os Tribunais de Contas	1479
CAPÍTULO VII ► Atos normativos e seu processo de formação legislativa		1481
1.	Atos normativos primários e secundários	1481
2.	Espécies de atos normativos primários	1481
3.	Atividade legislativa	1482
3.1.	Lei em sentido formal vs. lei em sentido material	1482
3.2.	Atividade legislativa e princípio da subsidiariedade	1483
3.3.	Atividade legislativa e princípio da simetria	1484

3.4.	Atividade legislativa e superação de decisões judiciais: o “ativismo congres-	1484
3.4.1.	Ativismo congressional e reversão de decisões do controle concre-	1487
3.4.2.	Ativismo congressional e reversão de decisões do controle abstrato	1487
3.4.3.	Recentes casos de ativismo congressional	1489
4.	Elaboração, redação, alteração e consolidação dos atos normativos	1490
5.	Processo legislativo	1490
5.1.	Espécies de processo legislativo	1490
5.1.1.	Quanto às formas de organização política	1490
5.1.2.	Quanto ao tipo de procedimento	1491
5.2.	Fases do processo legislativo ordinário.....	1493
5.2.1.	Fase introdutória.....	1493
5.2.1.1.	Iniciativa.....	1493
5.2.1.1.A.	Iniciativa comum ou concorrente.....	1493
5.2.1.1.B.	Iniciativa reservada.....	1494
5.2.1.1.C.	Iniciativa reservada e emendas constitucionais	1497
5.2.1.1.D.	Iniciativa reservada conjunta	1499
5.2.1.1.E.	Iniciativa reservada solidária ou compartilhada	1499
5.2.2.	Fase constitutiva: a deliberação parlamentar	1499
5.2.2.1.	Discussão	1499
5.2.2.2.	Emenda.....	1499
5.2.2.3.	Titularidade do poder de emenda legislativa	1500
5.2.2.4.	Limites ao poder de emenda legislativa	1500
5.2.2.5.	Tramitação das emendas legislativas.....	1503
5.2.2.5.A.	Arbitragem legislativa da Casa iniciadora	1505
5.2.2.6.	Votação	1505
5.2.2.6.A.	Quórum de instalação da sessão	1506
5.2.2.6.B.	Quórum de votação	1506
5.2.2.6.C.	Tipos de votação	1507
5.2.2.6.D.	Regra da não repetibilidade.....	1508
5.2.2.6.D.1.	Regra específica da não repetibilidade	1509
5.2.3.	Fase constitutiva: a deliberação executiva	1510
5.2.3.1.	Sanção.....	1510
5.2.3.2.	Veto.....	1511
5.2.3.2.A.	Efeitos do veto	1512
5.2.3.2.B.	Apreciação do veto.....	1513
5.2.4.	Fase complementar.....	1514
5.2.4.1.	Promulgação.....	1514
5.2.4.2.	Publicação	1515
6.	Atos normativos primários em espécie.....	1517
6.1.	Emendas constitucionais	1517

6.2.	Leis complementares.....	1519
6.2.1.	Campo temático das leis complementares.....	1520
6.2.2.	Lei ordinária e invasão do campo temático da lei complementar: conflito hierárquico?	1520
6.2.3.	Lei complementar e invasão do campo temático da lei ordinária...	1520
6.2.4.	Lei complementar prevista em constituições estaduais e leis orgânicas distritais ou municipais	1521
6.3.	Leis ordinárias.....	1522
6.4.	Leis financeiras orçamentárias.....	1522
6.5.	Leis delegadas.....	1524
6.6.	Medidas provisórias	1525
6.6.1.	Pressupostos constitucionais formais	1525
6.6.1.1.	Pressupostos ligados ao “estado de necessidade”	1525
6.6.1.2.	Outros pressupostos formais.....	1526
6.6.2.	Pressupostos constitucionais materiais.....	1526
6.6.3.	Controle dos pressupostos formais e materiais	1527
6.6.4.	Processo legislativo das medidas provisórias.....	1528
6.6.4.1.	(In)constitucionalidade da prática de “devolver” a me- dida provisória ao Presidente da República	1531
6.6.5.	Precariedade normativa.....	1532
6.6.6.	Responsabilização do Presidente da República	1533
6.6.7.	Reedição e prorrogação do prazo de vigência de medidas provi- sórias.....	1533
6.6.8.	Medidas provisórias editadas antes da EC 32/2001	1534
6.6.9.	Medidas provisórias no âmbito das demais entidades federativas..	1534
6.7.	Decretos legislativos	1534
6.8.	Resoluções legislativas.....	1535
6.9.	Tratados internacionais.....	1536
6.9.1.	Direito internacional e direito interno: monismo vs. dualismo	1536
6.9.2.	Processo de internalização de tratados internacionais no direito brasileiro	1538
6.9.3.	Hierarquia normativa.....	1542
6.9.3.1.	Dos tratados internacionais em geral.....	1542
6.9.3.2.	Dos tratados internacionais sobre direitos humanos em geral.....	1543
6.9.3.3.	Dos tratados internacionais sobre direitos humanos incorporados com “status” de emenda constitucional...	1544
6.9.4.	Tratados internacionais e incompatibilidade com o direito inter- no	1545
6.9.5.	Tratados internacionais sobre direitos humanos e a EC 45/2004 ...	1546
6.9.5.1.	Teoria da recepção reforçada dos tratados internacionais sobre direitos humanos anteriores à EC 45/2004	1548

6.9.6.	Revogação interna de normas advindas de tratados internacionais.....	1549
6.10.	Decretos autônomos.....	1551
6.11.	Regimentos internos e resoluções de tribunais.....	1552
6.12.	Súmulas vinculantes	1553
CAPÍTULO VIII ► Do Poder Judiciário		1561
1.	Funções desenvolvidas pelo Poder Judiciário	1561
1.1.	Funções atípicas	1562
1.1.1.	Funções administrativas	1562
1.1.2.	Funções legislativas	1564
1.2.	Função típica: jurisdição.....	1565
1.2.1.	Simulacros jurisdicionais.....	1567
1.2.1.1.	Tribunais de contas.....	1567
1.2.1.2.	Justiça arbitral.....	1568
1.2.1.3.	Comissões parlamentares de inquérito (CPIs)	1569
1.3.	Ativismo judicial vs. autocontenção judicial.....	1569
2.	Estrutura do Poder Judiciário	1572
2.1.	Aspectos gerais.....	1572
2.1.1.	Particularidades	1574
2.1.1.1.	Tribunal do júri	1574
2.1.1.2.	Julgamentos e varas criminais colegiados de primeiro grau de jurisdição	1574
2.1.1.3.	Juiz de garantias	1575
2.1.1.4.	Regime de pagamentos de dívidas judiciais por precatórios ou por requisições de pequeno valor – RPVs	1577
2.2.	Supremo Tribunal Federal.....	1581
2.3.	Superior Tribunal de Justiça.....	1586
2.4.	Justiças especializadas	1590
2.4.1.	Justiça do Trabalho.....	1590
2.4.2.	Justiça Eleitoral	1593
2.4.3.	Justiça Militar	1595
2.4.3.1.	Justiça Militar da União	1596
2.4.3.2.	Justiça Militar dos Estados e do Distrito Federal.....	1598
2.5.	Justiça Comum.....	1601
2.5.1.	Justiça Federal	1601
2.5.2.	Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.....	1608
2.5.2.1.	Justiça Estadual.....	1609
2.5.2.2.	Justiça do Distrito Federal e Territórios.....	1610
2.5.3.	Juizados Especiais.....	1611
2.6.	Conselho Nacional de Justiça – CNJ	1614
2.6.1.	Composição e atribuições constitucionais	1614
2.6.2.	Questões polêmicas sobre a atuação do CNJ.....	1615

2.6.3.	Competência do STF para revisão de atos do CNJ (e do CNMP) ..	1621
3.	Estatuto da magistratura nacional	1623
3.1.	Magistrados	1624
3.1.1.	Ingresso e movimentações na carreira.....	1625
3.1.1.1.	Quinto constitucional.....	1628
3.1.2.	Regime remuneratório e previdenciário.....	1630
3.2.	Da organização dos tribunais	1630
4.	Garantias, deveres e prerrogativas	1631
4.1.	Garantias	1631
4.1.1.	Garantias institucionais	1631
4.1.2.	Garantias funcionais.....	1633
4.1.2.1.	Garantias de independência	1633
4.1.2.2.	Garantias de imparcialidade.....	1636
4.2.	Deveres.....	1638
4.2.1.	Em especial: restrições à liberdade de expressão dos magistrados ..	1640
4.2.2.	Penalidades.....	1641
4.3.	Prerrogativas.....	1644

CAPÍTULO IX ► Das funções essenciais à Justiça..... 1647

1.	Considerações gerais	1647
2.	Ministério Público	1647
2.1.	Garantias institucionais	1648
2.2.	Composição do Ministério Público.....	1650
2.2.1.	Ministério Público da União	1650
2.2.2.	Ministério Público dos Estados	1653
2.2.3.	Ministério Público junto aos Tribunais de Contas	1654
2.2.4.	Conflitos de atribuição entre órgãos ministeriais	1655
2.3.	Princípios institucionais.....	1657
2.4.	Ingresso na carreira	1659
2.5.	Garantias e prerrogativas dos membros do Ministério Público.....	1659
2.5.1.	Garantias constitucionais	1659
2.5.2.	Prerrogativas	1660
2.6.	Vedações constitucionais	1661
2.7.	Funções institucionais.....	1662
2.7.1.	Ministério Público e funções investigativas criminais	1666
2.7.2.	Acordo de não persecução penal - ANPP	1667
2.8.	Conselho Nacional do Ministério Público	1669
3.	Advocacia.....	1670
4.	Advocacia Pública.....	1674
5.	Defensoria Pública.....	1679
6.1.	Defensoria Pública e atuação como “custos vulnerabilis”	1685
6.2.	Defensoria Pública e atuação em ações civis públicas	1686

CAPÍTULO X ► Sistema constitucional das crises, Forças Armadas e segurança

pública	1687
1. Sistema constitucional das crises	1687
1.1. Conceito	1687
1.2. Princípios gerais	1687
1.3. Sistemas	1687
2. Regime brasileiro de defesa do Estado e das instituições democráticas	1688
2.1. Estado de defesa	1688
2.1.1. Pressupostos materiais	1688
2.1.2. Pressupostos formais	1688
2.1.3. Efeitos e execução	1689
2.1.4. Controles	1689
2.1.4.1. Político	1689
2.1.4.2. Judicial	1690
2.2. Estado de sítio	1690
2.2.1. Pressupostos materiais	1690
2.2.2. Pressupostos formais	1691
2.2.3. Efeitos, limites e execução	1692
2.2.4. Controles	1692
2.2.4.1. Político	1692
2.2.4.2. Judicial	1693
2.2.5. Suspensão de garantias jurisdicionais	1693
3. Forças Armadas	1694
3.1. Atuação institucional	1695
3.1.1. Atribuições constitucionais	1695
3.1.2. Atribuições legais	1698
3.2. Serviço militar obrigatório	1700
4. Segurança pública	1701
4.1. Polícia de segurança vs. polícia administrativa	1701
4.2. Órgãos de segurança pública	1704
4.2-A. Polícias legislativas podem exercer funções de polícia judiciária?..	1705
4.2.1. Polícias legislativas e/ou judiciais podem exercer funções de	
polícia judiciária?	1706
4.2.2. Lavratura de TCO – Termo Circunstanciado de Ocorrência:	
competência exclusiva de polícia judiciária?	1708
4.2.3. Ministério Público e funções investigativas	1709
4.2.4. Atividade policial e incompatibilidade com o exercício da advo-	
cacia	1709
4.2.5. Organização federativa da segurança pública	1710
4.2.5.1. Órgãos federais de segurança pública	1712
4.2.5.2. Órgãos estaduais de segurança pública	1713
4.2.5.3. Órgãos distritais de segurança pública	1714
4.2.5.4. Órgãos de segurança pública nos Territórios Federais	1715
4.2.5.5. Órgãos de segurança pública nos Municípios	1715

CAPÍTULO XI ► Sistema Tributário Nacional, finanças públicas e Sistema Financeiro

Nacional.....	1717
1. Sistema tributário nacional.....	1717
1.1. Considerações gerais.....	1717
1.2. Tributos e espécies tributárias.....	1717
1.3. Competência tributária.....	1720
1.3.1. Características.....	1722
1.3.2. Tipologia.....	1723
1.4. Impostos previstos na Constituição de 1988.....	1725
1.4.1. Impostos previstos pela Reforma Tributária de 2023	1726
1.4-A. Regime tributário especial e simplificado aplicável às micro e pequenas empresas.....	1728
1.5. Limitações ao poder de tributar	1728
1.6. Princípios constitucionais tributários	1730
1.6.1. Princípio da reserva legal tributária.....	1730
1.6.1.1. Reserva legal tributária e obrigações tributárias acessórias	1734
1.6.2. Princípio da não retroatividade tributária	1736
1.6.3. Princípio da anterioridade.....	1738
1.6.4. Princípio da isonomia tributária	1742
1.6.5. Princípio da capacidade contributiva	1743
1.6.6. Princípio da uniformidade tributária nacional	1744
1.6.7. Princípio do não confisco tributário.....	1745
1.6.8. Princípio da não diferenciação tributária.....	1747
1.6.9. Novos princípios catalogados pela EC 132/2023.....	1747
1.6.10. Outros princípios tributários	1749
1.7. Imunidades.....	1750
1.7.1. Conceitos afins.....	1750
1.7.2. Tipos de imunidade tributária.....	1752
1.7.2.1. Imunidade tributária recíproca	1752
1.7.2.2. Imunidade tributária religiosa	1755
1.7.2.3. Imunidade tributária cultural.....	1756
1.7.2.4. Imunidade tributária dos partidos políticos, das entidades sindicais dos trabalhadores e das instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos tributária religiosa.....	1757
1.7.2.5. Outras imunidades	1760
1.8. Repartição de receitas tributárias	1761
1.8.1. Participação no produto do tributo da competência de outra entidade federativa	1761
1.8.2. Participação no produto de tributos de receita compartilhada	1762
1.8.3. Participação em fundos	1763
1.8.4. Transparência e controle das distribuições de receitas tributárias..	1764

1.9.	Regime de desvinculação de receitas tributárias	1766
2.	Finanças públicas e direito financeiro	1767
2.1.	Conceitos básicos.....	1768
2.1.1.	Receitas públicas	1768
2.1.2.	Despesas públicas	1771
2.1.2.1.	Limitação das despesas públicas com pessoal.....	1773
2.1.3.	Crédito e dívida públicos.....	1776
2.2.	Normas gerais sobre direito financeiro	1778
2.3.	Orçamentos públicos	1779
2.3.1.	Orçamento autorizativo vs. orçamento impositivo.....	1779
2.3.2.	Orçamento-programa	1782
2.3.3.	Orçamento “secreto”	1782
2.4.	Princípios orçamentários	1784
2.5.	Leis orçamentárias	1791
2.5.1.	Prazo para envio das propostas de leis orçamentárias	1793
2.5.2.	Anomia orçamentária	1794
2.6.	Vedações financeiras e orçamentárias	1796
2.7.	Repasse de duodécimos orçamentários	1799
2.8.	Regimes Fiscais Extraordinários.....	1800
2.8.1.	Novo Regime Fiscal federal.....	1801
2.8.2.	Regime Fiscal Emergencial aplicável a Estados, DF e Municípios..	1801
2.8.3.	Regime extraordinário fiscal para calamidades públicas de âmbito nacional	1803
3.	Sistema financeiro nacional.....	1805
3.1.	Banco Central do Brasil	1809
CAPÍTULO XII ► Da ordem econômica		1813
1.	Conceitos iniciais	1813
1.1.	Ordem econômica	1813
1.2.	Sistema econômico	1813
1.3.	Regime econômico	1815
2.	Direito econômico	1817
2.1.	Objeto	1817
2.2.	Autonomia científica	1817
2.3.	Sujeitos	1818
3.	Tratamento constitucional da ordem econômica	1818
3.1.	Fundamentos da ordem econômica	1818
3.2.	Finalidades da ordem econômica	1823
3.3.	Princípios da ordem econômica	1823
4.	Formas de atuação do Estado na ordem econômica	1830
4.1.	Serviços públicos	1832
4.1.1.	Serviços públicos próprios e impróprios.....	1834
4.1.1.1.	Serviços públicos próprios.....	1835

4.1.1.2. Serviços públicos impróprios	1835
4.2. Intervenção do Estado na ordem econômica.....	1836
4.2.1. Intervenção direta.....	1837
4.2.2. Intervenção indireta	1842
4.3. Planejamento.....	1844
CAPÍTULO XIII ▶ Da ordem social	1847
1. Considerações gerais	1847
2. Seguridade social	1847
2.1. Saúde	1852
2.1.1. Questões polêmicas	1856
2.2. Previdência social	1860
2.2-A. Regimes previdenciários.....	1860
2.2.1. Regime Geral de Previdência Social (RGPS).....	1860
2.2.2. Regimes próprios de previdência social de servidores públicos – RPPSs	1866
2.2.3. Regimes complementares de previdência social	1873
2.3. Assistência social	1876
3. Educação	1878
4. Cultura.....	1886
5. Desporto.....	1889
6. Ciência, tecnologia e inovação	1892
7. Comunicação social.....	1893
8. Meio ambiente.....	1898
9. Família, criança, adolescente, jovem, pessoa idosa e pessoas com deficiência.....	1908
9.1. Família.....	1908
9.2. Criança, adolescente e jovem	1916
9.3. Pessoa idosa	1918
9.4. Pessoa com deficiência.....	1919
10. Comunidades indígenas.....	1923
10.1. Marco temporal e demarcação de terras indígenas.....	1929
Bibliografia	1933